

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 07 de março de 2016.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

ATIVO	2015	2014
CIRCULANTE	294.995	281.562
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5).....	13.395	96.433
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 18a).....	183.179	147.307
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 19e).....	49.728	32.612
Créditos Tributários (Nota 19c).....	48.693	5.210
NÃO CIRCULANTE	14.276.238	8.527.819
Realizável a Longo Prazo	5.410.653	189.639
Ativos Financeiros (Nota 7).....	5.016.437	-
Valores a Receber (Nota 8).....	163.660	-
Empréstimos e Recebíveis (Nota 6).....	106.351	-
Créditos Tributários (Nota 19c).....	22.323	54.236
Depósitos Judiciais.....	65.233	39.117
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 19e).....	36.649	96.286
Investimentos (Nota 9)	5.599.468	5.112.928
Intangível (Nota 10)	3.266.117	3.225.252
TOTAL	14.571.233	8.809.381

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	2014
CIRCULANTE	1.135.837	982.853
Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 19f).....	5.675	11
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Pagar (Nota 14d).....	29.855	11.430
Outras Obrigações (Nota 12).....	1.100.307	971.412
NÃO CIRCULANTE	6.586.823	1.377.436
Provisão para Impostos e Contribuições.....	3.003	1.177
Provisão para Contingências (Nota 11).....	86.118	51.681
Passivos Financeiros (Nota 13).....	4.997.896	-
Outras Obrigações (Nota 12).....	1.499.806	1.324.578
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.848.573	6.449.092
Capital Social (Nota 14a).....	4.299.354	4.299.354
Reservas de Lucros (Nota 14c).....	2.406.138	2.008.561
Outros Resultados Abrangentes.....	143.081	141.177
TOTAL	14.571.233	8.809.381

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em	
	2015	2014
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	419.963	524.251
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9).....	704.241	774.320
Resultado com Ativos/Passivos Financeiros (Nota 17).....	(255.305)	(216.515)
Despesas Tributárias (Nota 15).....	(28.764)	(33.024)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 16).....	(209)	(530)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	419.963	524.251
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 19)	9.264	13.565
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	429.227	537.816
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 14b)		
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas (Nota 14b).....	0,20	0,25

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais						
Eventos	Outros			Lucros Acumulados	Totais	
	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.269.354	98.320	1.377.775	82.441	-	5.827.890
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	537.816	537.816
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexa.....	-	-	-	58.736	-	58.736
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	596.552
Aumento de Capital Social por Subscrição de Ações.....	30.000	-	-	-	-	30.000
Destinações: - Reservas.....	-	26.891	505.575	-	(532.466)	-
- Dividendos Pagos.....	-	-	-	-	(5.350)	(5.350)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	4.299.354	125.211	1.883.350	141.177	-	6.449.092
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	429.227	429.227
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexa.....	-	-	-	1.904	-	1.904
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	431.131
Destinações: - Reservas.....	-	21.461	376.116	-	(397.577)	-
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	(31.650)	(31.650)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	4.299.354	146.672	2.259.466	143.081	-	6.848.573

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em	
	2015	2014
Lucro Líquido do Exercício	429.227	537.816
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	1.904	58.736
Resultado Abrangente do Exercício	431.131	596.552

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em	
	2015	2014
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	419.963	524.251
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	(704.241)	(774.320)
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outros.....	274.186	222.334
Provisão para Obrigações Legais.....	28.761	18.505
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	18.669	(9.230)
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros e Outros.....	(5.173.886)	86.896
Aumento/(Redução) em Obrigações.....	(15.948)	11.171
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(5.171.165)	88.837
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aquisição de Investimentos.....	(163.411)	-
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos.....	262.968	236.190
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	99.557	236.190
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
Emissão/Liquidação de Debêntures.....	5.000.000	(1.080.942)
Contrato de Mútuo.....	-	592.900
Aumento de Capital.....	-	30.000
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.....	-	218.000
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos.....	(11.430)	(35.185)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	4.988.570	(275.227)
(Redução)/Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(83.038)	49.800
Início do Exercício.....	96.433	46.633
Fim do Exercício.....	13.395	96.433
(Redução)/Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(83.038)	49.800

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A NCF Participações S.A. ("Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, e a realização de aplicações em títulos e valores mobiliários.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 07 de março de 2016.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, que incluem os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para a contabilização das operações, quando aplicáveis.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 11.

i) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 14b.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos a pagar

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo do juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 14d.

j) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a reversão de juros tributários, abrange o limite de 60% do lucro real de cada ano. Os créditos tributários são

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e são representados por disponibilidades e aplicações em fundos de investimento, cujos vencimentos das operações, na data da efetiva aplicação, são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentam riscos insignificantes de mudança de valor justo e são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado. Utilizando o método da taxa efetiva de juros, estão apresentados na Nota 6.

Ativos financeiros

Ativo financeiro - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado dos períodos, estão apresentados na Nota 7.

(ii) Classificação por nível hierárquico

Os ativos financeiros, foram classificados no nível 2 da hierarquia do CPC 40, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

d) Valores a receber

Os valores a receber são mensurados pelo custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções ao valor recuperável. A composição dos valores a receber estão apresentados na Nota 8.

e) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a empresa e suas coligadas e controladas são eliminados na medida da participação da empresa e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas e controladas estão apresentados na Nota 9.

f) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada, que não ultrapassa 20 anos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

Na data de cada exercício social, os ativos intangíveis são testados para detectar indícios de redução ao seu valor recuperável ou mudanças nos benefícios econômicos futuros estimados. Caso existam tais indícios, os ativos intangíveis são analisados para avaliar se seu valor contábil pode ser recuperado por completo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável.

Ágio (Goodwill)

O ágio é originado no processo de aquisição de coligadas e controladas.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma coligada ou controlada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas é reconhecido em "Ativos Intangíveis" e o ágio da aquisição de coligadas é incluído no valor dos investimentos de coligadas. A composição dos ativos intangíveis estão apresentados na Nota 10.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

A Companhia avalia, anualmente, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2015 e de 2014, não houve perda por *impairment*.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

9) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a R\$ 704.241 (2014 - R\$ 774.320).

b) A composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social %	Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
				ON	PN		2015	2014	2015	2014
Banco Bradesco S.A. (1) (3)	43.100.000	91.220.475	18.132.906	212.567	56.342	5,33	4.858.645	4.278.727	947.637	767.804
Bradespar S.A. (1) (3)	4.100.000	7.937.504	(2.590.301)	30.388	2.236	9,33	740.823	834.201	(243.396)	6.516
Total							5.599.468	5.112.928	704.241	774.320

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015;

(2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como ajustes na avaliação de práticas contábeis, quando aplicáveis; e

(3) As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, que não difere das práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), base para o cálculo de equivalência patrimonial, do Bradesco e da Bradespar, foram divulgadas em 7 de março de 2016 e em 21 de março de 2016, respectivamente.

continua...

...continuação

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

10) INTANGÍVEL

O intangível corresponde ao ágio de R\$ 3.266.117 (2014 - R\$ 3.225.252), fundamentado na mais-valia das ações, que é a diferença entre o valor das ações e o respectivo valor contábil, sendo decorrente de ações do Bradesco R\$ 2.771.912 (2014 - R\$ 2.731.047), e da Bradespar R\$ 494.205 (2014 - R\$ 494.205). Os testes de recuperabilidade dos ativos (*impairment*) são feitos anualmente, não havendo perda a ser reconhecida em 2015 e 2014.

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão na base de cálculo do Pis e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

I - Movimentação das provisões

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
No início do período	51.681	29.240
Constituição.....	28.761	19.340
Atualizações monetárias.....	5.676	3.101
No final do período	86.118	51.681

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 2015 e 2014, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

12) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Circulante		
Adiantamento para futuro aumento de capital (1).....	1.100.215	971.337
Outros.....	92	75
Total	1.100.307	971.412
Não circulante		
Contratos de mútuo (2).....	1.499.806	1.324.578
Total	1.499.806	1.324.578

(1) Adiantamento para futuro aumento de capital, acrescido da variação da taxa SELIC; e

(2) Contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI. Adicionalmente, ocorreu o aditamento do Instrumento Particular de Contrato de Mútuo, alterando o vencimento para março de 2018, mantendo as condições do referido Instrumento inalteradas e em pleno vigor.

13) PASSIVOS FINANCEIROS

Em dezembro de 2015, a Companhia efetuou a segunda emissão de 500 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, com valor nominal unitário de R\$ 10.000, totalizando R\$ 5.000.000 com prazo de duração de cinco anos, contados da data de emissão. As debêntures farão jus a remuneração equivalente a variação acumulada da taxa média dos DI - Depósitos Interbancários de um dia, acrescida de um adicional, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, base 252 dias úteis, calculados *pro rata temporis*, desde a data de emissão até o final do período de capitalização, no montante de R\$ 5.014.190, sendo o custo de emissão de R\$ 16.294, resultando em um valor líquido de R\$ 4.997.896.

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Ordinárias.....	1.128.471.523	1.128.471.523
Preferenciais.....	1.005.739.284	1.005.739.284
Total	2.134.210.807	2.134.210.807

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, em 31 de dezembro de 2015, foi de R\$ 0,20 (2014 - R\$ 0,25), baseado na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, conforme cálculos a seguir:

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	429.227	537.816
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares).....	2.134.211	2.131.453
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas da Companhia (em Reais).....	0,20	0,25

c) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social; e

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

d) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados respondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício de 2015 está demonstrado a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do exercício.....	429.227	
Reserva legal.....	(21.461)	
Base de cálculo ajustada	407.766	

18) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro							
	Controlador (1)		Controle conjunto e coligadas (2)		Outras partes relacionadas (3)		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Ativos								
Caixa/disponibilidades.....	-	-	8	11	-	-	8	11
Aplicações financeiras.....	-	-	5.016.437	-	106.351	-	5.122.788	-
Valores a receber.....	163.660	-	-	-	-	-	163.660	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber....	-	-	183.179	147.307	-	-	183.179	147.307
Passivos								
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar.....	29.855	11.430	-	-	-	-	29.855	11.430
Outros passivos (Nota 12)	2.600.021	2.295.915	-	-	-	-	2.600.021	2.295.915

	Exercícios findos em 31 de dezembro							
	Controlador (1)		Controle conjunto e coligadas (2)		Outras partes relacionadas (3)		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Despesas com juros.....	(304.106)	(206.030)	-	-	-	-	(304.106)	(206.030)
Receitas/(despesas) de juros sobre capital próprio.....	(31.650)	-	288.751	209.080	-	-	257.101	209.080
Receitas de aplicação.....	-	-	16.437	-	18.108	1.521	34.545	1.521

(1) Cidade de Deus Cia. Cial de Participações, Nova Cidade de Deus Participações S.A. e Fundação Bradesco;

(2) Banco Bradesco S.A. e Bradespar S.A.; e

(3) Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os Administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Companhia.

19) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	419.963	524.251
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(142.787)	(178.245)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes.....	239.442	263.269
Juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.....	(98.175)	(71.087)
Juros sobre capital próprio a pagar.....	10.761	-
Outros valores.....	23	(372)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	9.264	13.565

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(2.306)	(785)
Impostos diferidos:		
Constituição/(realização) no exercício, sobre adições temporárias.....	11.785	6.571
Utilização no exercício de prejuízo fiscal e base negativa.....	(215)	7.779
Imposto de renda e contribuição social do exercício	9.264	13.565

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	2014	Constituição	Realização	2015
Provisão para contingência fiscal.....	16.124	11.780	-	27.904
Outras.....	26	31	26	31
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	16.150	11.811	26	27.935
Prejuízo fiscal/base negativa da contribuição social.....	43.296	-	215	43.081
Total dos créditos tributários	59.446	11.811	241	71.016
Obrigações fiscais diferidas.....	1.177	1.826	-	3.003
Total dos créditos tributários, líquido das obrigações fiscais diferidas	58.269	9.985	241	68.013

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Em 31 de dezembro				
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2016.....	4.127	1.485	31.678	11.403	48.693
2017.....	6.155	2.216	-	-	8.371
2018.....	10.259	3.693	-	-	13.952
Total	20.541	7.394	31.678	11.403	71.016

e) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no ativo circulante, no montante de R\$ 49.728 (2014 - R\$ 32.612) e no ativo não circulante, no montante de R\$ 36.649 (2014 - R\$ 96.286) referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras. Juros sobre

Reserva legal.....	729.227	
Reserva legal.....	(21.461)	
Base de cálculo ajustada.....	407.766	
Juros sobre o capital próprio (bruto) pagos e/ou provisionados.....	31.650	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (2)	(1.795)	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2015	29.855	7,3
Total geral dos dividendos propostos em 2014.....	5.350	1,0

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio/dividendos sobre a base de cálculo; e

(2) Não contempla o Imposto de Renda Retido na Fonte, referente aos juros sobre o capital próprio dos acionistas isentos.

15) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
COFINS	23.710	15.890
PIS.....	5.051	3.450
Outros (1)	3	13.684
Total	28.764	33.024

(1) Em 2014, inclui, basicamente, o IOF sobre contrato de mútuo com a Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações.

16) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Editais e publicações.....	82	136
Serviços Prestados - PJ.....	18	280
Outras.....	109	114
Total	209	530

17) RESULTADO COM ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Varição monetária de contratos de mútuo.....	(175.227)	(118.806)
Varição monetária do adiantamento para futuro aumento de capital.....	(128.878)	(87.224)
Rendimento de aplicação em ativos financeiros	53.425	6.505
Outros.....	(4.625)	(16.990)
Total	(255.305)	(216.515)

e) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no ativo circulante, no montante de R\$ 49.728 (2014 - R\$ 32.612) e no ativo não circulante, no montante de R\$ 36.649 (2014 - R\$ 96.286), referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, juros sobre o capital próprio e imposto de renda de exercícios anteriores.

f) Impostos e contribuições a recolher

Impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 5.675, referem-se, basicamente: (i) IOF, no montante de R\$ 3.060; e (ii) IRRF sobre Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R\$ 1.795.

20) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não possuía contingências cíveis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que deveriam ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 2015 e 2014;

b) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014; e

c) Em 1º de abril de 2015, foi publicada o Decreto nº 8.426, que restabelece, a partir de 1º de julho de 2015, as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP (0,65%) e da COFINS (4,00%) incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições.

21) EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 1º de março de 2016, deliberou-se aumentar o capital social, no valor de R\$ 25.650, mediante a emissão de 7.796.353 novas ações nominativas-escriturais, sendo 4.122.348 ações ON e 3.674.005 ações PN, sem valor nominal, ao preço de R\$ 3,29 por ação, para subscrição particular pelos acionistas na proporção de suas participações no capital social na data da Assembleia, com integralização à vista, no ato da subscrição.

DIRETORIA		
Diretor-Presidente	Diretores	
Lázaro de Mello Brandão	Carlos Alberto Rodrigues Guilherme	Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente
	Milton Matsumoto	Alexandre da Silva Glüher
Diretor Vice-Presidente	José Alcides Munhoz	Josué Augusto Pancini
Luiz Carlos Trabuco Cappi	Aurélio Conrado Boni	Maurício Machado de Minas
	Domingos Figueiredo de Abreu	Marcelo de Araújo Noronha

Marcos Aparecido Galende
Contador - CRC 1SP201309/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

NCF Participações S.A.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da NCF Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NCF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Osasco, 29 de março de 2016



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 07 de março de 2016.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
	2015	2014		2015	2014
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	294.995	281.562	CIRCULANTE	1.135.837	982.853
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5).....	13.395	96.433	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 19f).....	5.675	11
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 18a).....	183.179	147.307	Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Pagar (Nota 14d).....	29.855	11.430
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 19e).....	49.728	32.612	Outras Obrigações (Nota 12).....	1.100.307	971.412
Créditos Tributários (Nota 19c).....	48.693	5.210			
NÃO CIRCULANTE	14.276.238	8.527.819	NÃO CIRCULANTE	6.586.823	1.377.436
Realizável a Longo Prazo	5.410.653	189.639	Provisão para Impostos e Contribuições.....	3.003	1.177
Ativos Financeiros (Nota 7)	5.016.437	-	Provisão para Contingências (Nota 11).....	86.118	51.681
Valores a Receber (Nota 8)	163.660	-	Passivos Financeiros (Nota 13).....	4.997.896	-
Empréstimos e Recebíveis (Nota 6).....	106.351	-	Outras Obrigações (Nota 12).....	1.499.806	1.324.578
Créditos Tributários (Nota 19c).....	22.323	54.236			
Depósitos Judiciais.....	65.233	39.117	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.848.573	6.449.092
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 19e).....	36.649	96.286	Capital Social (Nota 14a).....	4.299.354	4.299.354
Investimentos (Nota 9)	5.599.468	5.112.928	Reservas de Lucros (Nota 14c).....	2.406.138	2.008.561
Intangível (Nota 10)	3.266.117	3.225.252	Outros Resultados Abrangentes	143.081	141.177
TOTAL	14.571.233	8.809.381	TOTAL	14.571.233	8.809.381

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	419.963	524.251
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9)	704.241	774.320
Resultado com Ativos/Passivos Financeiros (Nota 17)	(255.305)	(216.515)
Despesas Tributárias (Nota 15).....	(28.764)	(33.024)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 16).....	(209)	(530)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	419.963	524.251
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 19)	9.264	13.565
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	429.227	537.816
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 14b)		
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas (Nota 14b).....	0,20	0,25

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.269.354	98.320	1.377.775	82.441	-	5.827.890
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	537.816	537.816
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexa	-	-	-	58.736	-	58.736
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	596.552
Aumento de Capital Social por Subscrição de Ações.....	30.000	-	-	-	-	30.000
Destinações: - Reservas.....	-	26.891	505.575	-	(532.466)	-
- Dividendos Pagos.....	-	-	-	-	(5.350)	(5.350)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	4.299.354	125.211	1.883.350	141.177	-	6.449.092
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	429.227	429.227
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexa	-	-	-	1.904	-	1.904
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	431.131
Destinações: - Reservas.....	-	21.461	376.116	-	(397.577)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(31.650)	(31.650)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	4.299.354	146.672	2.259.466	143.081	-	6.848.573

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais	
	Exercícios findos em 31 de dezembro
	2015
Lucro Líquido do Exercício	429.227
Ajuste de Avaliação Patrimonial	1.904
Resultado Abrangente do Exercício	431.131

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais	
	Exercícios findos em 31 de dezembro
	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:	
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	419.963
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	
Resultado de Equivalência Patrimonial	(704.241)
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outros	274.186
Provisão para Obrigações Legais.....	28.761
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	18.669
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros e Outros.....	(5.173.886)
Aumento/(Redução) em Obrigações	(15.948)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(5.171.165)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:	
Aquisição de Investimentos	(163.411)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	262.968
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	99.557
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:	
Emissão/Liquidação de Debêntures	5.000.000
Contrato de Mútuo	-
Aumento de Capital	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.....	-
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos	(11.430)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	4.988.570
(Redução)/Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(83.038)
Início do Exercício	96.433
Fim do Exercício	13.395
(Redução)/Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(83.038)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais	
----------------------------------------------------------------------	--

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A NCF Participações S.A. ("Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, e a realização de aplicações em títulos e valores mobiliários.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 07 de março de 2016.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, que incluem os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para a contabilização das operações, quando aplicáveis.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e são representados por disponibilidades e aplicações em fundos de investimento, cujos vencimentos das operações, na data da efetiva aplicação, são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem riscos insignificantes de mudança de valor justo e são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado. Utilizando o método da taxa efetiva de juros, estão apresentados na Nota 6.

Ativos financeiros

Ativo financeiro - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado dos períodos, estão apresentados na Nota 7.

(ii) Classificação por nível hierárquico

Os ativos financeiros, foram classificados no nível 2 da hierarquia do CPC 40, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

d) Valores a receber

Os valores a receber são mensurados pelo custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções ao valor recuperável. A composição dos valores a receber estão apresentados na Nota 8.

e) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a empresa e suas coligadas e controladas são eliminadas na medida da participação da empresa e partes não realizadas também são eliminadas, a menos que o

i) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 14b.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos a pagar

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo do juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 14d.

j) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente, resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido, proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente, instituído pela Lei nº 12.973/14.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 19.

k) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre, e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

l) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

m) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes estão descritos na Nota 21.

4) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia não adoesenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/índiretos, do Banco

e) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a empresa e suas coligadas e controladas são eliminados na medida da participação da empresa e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas e controladas estão apresentados na Nota 9.

f) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada, que não ultrapassa 20 anos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. Na data de cada exercício social, os ativos intangíveis são testados para detectar indícios de redução ao seu valor recuperável ou mudanças nos benefícios econômicos futuros estimados. Caso existam tais indícios, os ativos intangíveis são analisados para avaliar se seu valor contábil pode ser recuperado por completo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável.

Ágio (Goodwill)

O ágio é originado no processo de aquisição de coligadas e controladas.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma coligada ou controlada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas é reconhecido em "Ativos Intangíveis" e o ágio da aquisição de coligadas é incluído no valor dos investimentos de coligadas. A composição dos ativos intangíveis estão apresentados na Nota 10.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

A Companhia avalia, anualmente, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2015 e de 2014, não houve perda por *impairment*.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 11.

9) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a R\$ 704.241 (2014 - R\$ 774.320).

b) A composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social %	Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
				ON	PN		2015	2014	2015	2014
Banco Bradesco S.A. (1) (3)	43.100.000	91.220.475	18.132.906	212.567	56.342	5,33	4.858.645	4.278.727	947.637	767.804
Bradespar S.A. (1) (3)	4.100.000	7.937.504	(2.590.301)	30.388	2.236	9,33	740.823	834.201	(243.396)	6.516
Total							5.599.468	5.112.928	704.241	774.320

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015;

(2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como ajustes na avaliação de práticas contábeis, quando aplicáveis; e

(3) As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, que não difere das práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), base para o cálculo de equivalência patrimonial, do Bradesco e da Bradespar, foram divulgadas em 7 de março de 2016 e em 21 de março de 2016, respectivamente.

10) INTANGÍVEL

O intangível corresponde ao ágio de R\$ 3.266.117 (2014 - R\$ 3.225.252), fundamentado na mais-valia das ações, que é a diferença entre o valor das ações e o respectivo valor contábil, sendo decorrente de ações do Bradesco R\$ 2.771.912 (2014 - R\$ 2.731.047), e da Bradespar R\$ 494.205 (2014 - R\$ 494.205). Os testes de recuperabilidade dos ativos (*impairment*) são feitos anualmente, não havendo perda a ser reconhecida em 2015 e 2014.

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão na base de cálculo do Pis e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

I - Movimentação das provisões

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
No início do período	51.681	29.240
Constituição	28.761	19.340
Atualizações monetárias	5.676	3.101
No final do período	86.118	51.681

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 2015 e 2014, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

12) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Circulante		
Adiantamento para futuro aumento de capital (1)	1.100.215	971.337
Outros	92	75
Total	1.100.307	971.412
Não circulante		
Contratos de mútuo (2)	1.499.806	1.324.578
Total	1.499.806	1.324.578

(1) Adiantamento para futuro aumento de capital, acrescido da variação da taxa SELIC; e

(2) Contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI. Adicionalmente, ocorreu o aditamento do Instrumento Particular de Contrato de Mútuo, alterando o vencimento para março de 2018, mantendo as condições do referido Instrumento inalteradas e em pleno vigor.

13) PASSIVOS FINANCEIROS

Em dezembro de 2015, a Companhia efetuou a segunda emissão de 500 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, com garantia adicional real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, com valor nominal unitário de R\$ 10.000, totalizando R\$ 5.000.000 com prazo de duração de cinco anos, contados da data de emissão.

As debêntures farão jus a remuneração equivalente a variação acumulada da taxa média dos DI - Depósitos Interbancários de um dia, acrescida de um adicional, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, base 252 dias úteis, calculados *pro rata temporis*, desde a data de emissão até o final do período de capitalização, no montante de R\$ 5.014.190, sendo o custo de emissão de R\$ 16.294, resultando em um valor líquido de R\$ 4.997.896.

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Os eventos subsequentes estão descritos na Nota 21.

4) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/indiretos, do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e da Bradespar S.A. ("Bradespar"), os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2

Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3

Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Depósito bancário	8	11
Fundos de investimentos financeiros (1)	13.387	96.422
Total	13.395	96.433

(1) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou Sociedades a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

6) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

Referem-se a operações compromissadas com lastro em debêntures, emitidas pela Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Bradesco Leasing"), acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento acima de um ano, no montante de R\$ 106.351.

7) ATIVOS FINANCEIROS

Referem-se a aplicações em Letras Financeiras, emitidas pelo Bradesco, acrescidos da variação da taxa referencial SELIC, com vencimento acima de cinco anos, com custo atualizado no montante de R\$ 5.016.437 (valor de mercado - R\$ 5.016.437) e que, para efeito de apuração do valor justo, não tem cotação em mercados ativos, mas que cuja precificação é, direta ou indiretamente, observável.

8) VALORES A RECEBER

Referem-se a contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R\$ 163.660. Adicionalmente, ocorreu o aditamento do Instrumento Particular de Contrato de Mútuo, alterando o vencimento para março de 2018, mantendo as condições do referido Instrumento inalteradas e em pleno vigor.

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Ordinárias	1.128.471.523	1.128.471.523
Preferenciais	1.005.739.284	1.005.739.284
Total	2.134.210.807	2.134.210.807

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, em 31 de dezembro de 2015, foi de R\$ 0,20 (2014 - R\$ 0,25), baseado na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, conforme cálculos a seguir:

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	429.227	537.816
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)	2.134.211	2.131.453
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas da Companhia (em Reais)	0,20	0,25

c) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social; e

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

d) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício de 2015 está demonstrado a seguir:

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do exercício	429.227	
Reserva legal	(21.461)	
Base de cálculo ajustada	407.766	
Juros sobre o capital próprio (bruto) pagos e/ou provisionados	31.650	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (2)	(1.795)	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2015	29.855	7,3
Total geral dos dividendos propostos em 2014	5.350	1,0

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio/dividendos sobre a base de cálculo; e

(2) Não contempla o Imposto de Renda Retido na Fonte, referente aos juros sobre o capital próprio dos acionistas isentos.

15) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
COFINS	23.710	15.890
PIS	5.051	3.450
Outros (1)	3	13.684
Total	28.764	33.024

(1) Em 2014, inclui, basicamente, o IOF sobre contrato de mútuo com a Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações.

16) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Editais e publicações	82	136
Serviços Prestados - PJ	18	280
Outras	109	114
Total	209	530

continua...

...continuação

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

17) RESULTADO COM ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Variação monetária de contratos de mútuo.....	(175.227)	(118.806)
Variação monetária do adiantamento para futuro aumento de capital.....	(128.878)	(87.224)
Rendimento de aplicação em ativos financeiros.....	53.425	6.505
Outros.....	(4.625)	(16.990)
Total.....	(255.305)	(216.515)

18) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro							
	Controlador (1)		Controle conjunto e coligadas (2)		Outras partes relacionadas (3)		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Ativos								
Caixa/disponibilidades.....	-	-	8	11	-	-	8	11
Aplicações financeiras.....	-	-	5.016.437	-	106.351	-	5.122.788	-
Valores a receber.....	163.660	-	-	-	-	-	163.660	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber.....	-	-	183.179	147.307	-	-	183.179	147.307
Passivos								
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar.....	29.855	11.430	-	-	-	-	29.855	11.430
Outros passivos (Nota 12).....	2.600.021	2.295.915	-	-	-	-	2.600.021	2.295.915

	Exercícios findos em 31 de dezembro							
	Controlador (1)		Controle conjunto e coligadas (2)		Outras partes relacionadas (3)		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Despesas com juros.....	(304.106)	(206.030)	-	-	-	-	(304.106)	(206.030)
Receitas/(despesas) de juros sobre capital próprio.....	(31.650)	-	288.751	209.080	-	-	257.101	209.080
Receitas de aplicação.....	-	-	16.437	-	18.108	1.521	34.545	1.521

(1) Cidade de Deus Cia. Cial de Participações, Nova Cidade de Deus Participações S.A. e Fundação Bradesco;

(2) Banco Bradesco S.A. e Bradespar S.A.; e

(3) Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os Administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Companhia.

19) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social).....	419.963	524.251
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(142.787)	(178.245)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes.....	239.442	263.269
Juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.....	(98.175)	(71.087)
Juros sobre capital próprio a pagar.....	10.761	-
Outros valores.....	23	(372)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	9.264	13.565

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(2.306)	(785)
Impostos diferidos:		
Constituição/(realização) no exercício, sobre adições temporárias.....	11.785	6.571
Utilização no exercício de prejuízo fiscal e base negativa.....	(215)	7.779
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	9.264	13.565

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	2014	Constituição	Realização	2015
Provisão para contingência fiscal.....	16.124	11.780	-	27.904
Outras.....	26	31	26	31
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	16.150	11.811	26	27.935
Prejuízo fiscal/base negativa da contribuição social.....	43.296	-	215	43.081
Total dos créditos tributários.....	59.446	11.811	241	71.016
Obrigações fiscais diferidas.....	1.177	1.826	-	3.003
Total dos créditos tributários, líquido das obrigações fiscais diferidas.....	58.269	9.985	241	68.013

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Em 31 de dezembro					
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social		
2016.....	4.127	1.485	31.678	11.403	48.693	
2017.....	6.155	2.216	-	-	8.371	
2018.....	10.259	3.693	-	-	13.952	
Total.....	20.541	7.394	31.678	11.403	71.016	

e) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no ativo circulante, no montante de R\$ 49.728 (2014 - R\$ 32.612) e no ativo não circulante, no montante de R\$ 36.649 (2014 - R\$ 96.286), referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, juros sobre o capital próprio e imposto de renda de exercícios anteriores.

f) Impostos e contribuições a recolher

Impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 5.675, referem-se, basicamente: (i) IOF, no montante de R\$ 3.060; e (ii) IRRF sobre Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R\$ 1.795.

20) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não possuía contingências cíveis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devessem ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 2015 e 2014;

b) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014; e

c) Em 1º de abril de 2015, foi publicada o Decreto nº 8.426, que restabelece, a partir de 1º de julho de 2015, as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP (0,65%) e da COFINS (4,00%) incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições.

21) EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 1º de março de 2016, deliberou-se aumentar o capital social, no valor de R\$ 25.650, mediante a emissão de 7.796.353 novas ações nominativas-escriturais, sendo 4.122.348 ações ON e 3.674.005 ações PN, sem valor nominal, ao preço de R\$ 3,29 por ação, para subscrição particular pelos acionistas na proporção de suas participações no capital social na data da Assembleia, com integralização à vista, no ato da subscrição.

DIRETORIA

Diretor-Presidente
Lázaro de Mello Brandão

Diretor Vice-Presidente
Luiz Carlos Trabuco Cappi

Diretores
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme
Milton Matsumoto
José Alcides Munhoz
Aurélio Conrado Boni
Domingos Figueiredo de Abreu

Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente
Alexandre da Silva Glüher
Josué Augusto Pancini
Maurício Machado de Minas
Marcelo de Araújo Noronha

Marcos Aparecido Galende
Contador - CRC 1SP201309/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

NCF Participações S.A.
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da NCF Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos

relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NCF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Osasco, 29 de março de 2016



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0